

A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL NÃO É PARTE DA ECONOMIA NACIONAL

*Luiz Roberto Pecoits Targa**

Os estudos sobre as economias regionais, tal como vêm sendo em geral realizados, têm partido de uma abordagem das atividades produtivas dos estados da Federação, compreendendo-as como partes da economia nacional. O problema que se coloca é o da identificação da parte e do todo. A economia gaúcha, em particular, tem deixado de ser analisada como um todo em si mesmo, com uma pretensa e exclusiva lógica interna e, então, com explicações que seriam buscadas nas relações, por exemplo, entre seus vários setores. Qual seja, já é tratada como parte de um todo diferente dela própria, identificando-se esse todo como sendo a economia nacional.

Acho importante que se prossiga na investigação do problema à medida que, penso eu, malgrado exista uma correta identificação do todo — a economia do Estado Nacional¹ —, o mesmo não ocorre no que tange à identificação da parte. Para que uma **parte** de um todo se constitua propriamente em tal, é necessário que ela preencha certos requisitos, que ela goze de certas propriedades. Para ser parte do todo, deve guardar certos tipos de relações com o todo e com as outras partes (definidas analogamente). Minha sugestão é que a economia sul-rio-grandense não pode ser tratada, de maneira adequada, como sendo uma parte da economia nacional. A seguir, procuro esboçar rapidamente essa idéia.

Assim, se tomarmos a indústria, a agricultura, o comércio ou toda a economia do Rio Grande do Sul como **parte** da economia brasileira, então as outras **partes** passariam a ser as economias (ou suas frações análogas) dos outros estados da Federação. A economia do Rio Grande do Sul, como segmentação do todo, corresponderiam as economias paulista, pernambucana, mineira, cearense, etc. como demais partes da economia nacional (o mesmo ocorre quando se tomam como partes da economia brasileira, de um lado, a economia paulista e, de outro, a economia do conjunto dos demais estados da Federação).

* Economista da Fundação de Economia e Estatística.

¹ Os meus argumentos, de natureza teórica, que produzem a identificação do todo econômico com a economia do Estado Nacional foram desenvolvidos no trabalho: **Ensaio sobre a totalidade econômica** (1982).

O que quero registrar é que, a meu ver, essas não são partes da economia nacional. Ou seja, essa é uma segmentação imprópria do todo. Para que a partição de um todo econômico possua sentido, é necessário um critério econômico e não meramente espacial. A questão do espaço, em análise econômica, deve ser captada muito adiante na cadeia de mediações.² O espaço não pode, em nenhum caso, ser o critério de participação do todo. Tal como costuma aparecer, em geral fruto da nossa situação de analistas geograficamente localizados na “periferia” e das demandas regionais de trabalhos, ele se constitui em princípio de partição do todo. Sempre, em algum momento da análise — quando não como ponto de partida, mas de qualquer forma nunca captado organicamente —, ele se erige no princípio de partição. Até mesmo, quando mais não seja, no momento de tratar os dados empíricos. Por mais teoria que se tenha feito ao longo dos trabalhos, ele emerge como critério de partição que se manifesta no agrupamento e na apresentação dos dados para a análise em realização.

Exemplificando: quando, do conjunto de coisas que está sobre esta mesa, digo que este é um cinzeiro, estou, ao mesmo tempo, dizendo que este objeto não é livro, papel, caneta, toalha, talher ou prato. A negação individualiza a parte, especifica-a. Dá a sua função, o seu papel, no conjunto de gestos passíveis de serem cumpridos, agora, sobre esta mesa. É assim que cada parte (o cinzeiro que recolhe as cinzas) nega o todo — o conjunto de gestos possíveis sobre esta mesa — e nega, ao mesmo tempo, as outras partes (o cinzeiro não pode cumprir o papel do talher, do livro ou da caneta). O todo, portanto, não pode ser compreendido sem a parte, nem esta sem aquele. Ao mesmo tempo, essas partes guardam relações entre si que só produzem efeito quando compreendidas no interior do todo (o ato de utilizar a mesa para comer, fumar, ler, escrever)³. Então, se eu disser “a economia gaúcha”, não estou simultaneamente dizendo que não é a economia paulista, paraense ou qualquer coisa que o valha. Desde este ponto de vista, ela não possui especificidade no interior da economia brasileira, não pode ser identificada como uma parte deste todo. Já que, para uma segmentação “correta” desse todo econômico, seria necessário que as partes se opusessem entre si, digamos, dialeticamente. Que elas formassem uma unidade de contrários e que o jogo de sua interação produzisse o movimento do todo. Não vejo como a segmentação espacial da economia brasileira poderia produzir esse efeito.

No entanto o mesmo não ocorre quando se tomam outras partições da economia nacional, tais como as classes sociais básicas do sistema capitalista, ou os grandes departamentos produtivos ou as frações do capital segmentado em produtivo,

² O espaço economiza-se quando tratado dentro da renda diferencial da terra, particularmente a renda de tipo I, onde as diferenças naturais de fertilidade dos solos ou as distâncias em relação aos mercados (custos de transporte) são decisivas para a explicação econômica. Dentro dessa categoria é que existe lugar para o tratamento econômico do espaço.

³ “... a negação, como determinação, se torna um laço sintético de cada parte com cada outra, com todas as outras e com o todo”. (Sartre, 1960).

financeiro e comercial ou segmentado pelos ramos da produção (mesmo na velha divisão entre agricultura e indústria). Essas partes economicamente teóricas (ou históricas) possuem sentido analítico. São elas que podem segmentar a economia nacional. As seguintes transcrições de Marx sobre o processo de reprodução do capital exemplificam a idéia de uma partição própria, da individuação das partes (mútuas negações) e de sua interação:

“... precisamente dentro desse processo o operário se produz a si mesmo como capacidade de trabalho e ao capital que se lhe contrapõe, da mesma maneira que o capitalista se produz a si mesmo como capital e à capacidade viva de trabalho que se lhe contrapõe. Ao reproduzir seu outro, sua negação, cada um se reproduz a si mesmo. O capitalista produz o trabalho como alheio; o trabalho produz o produto como alheio”. (Marx, 1978).

“A produção capitalista, encarada em seu conjunto, ou como processo de reprodução, produz não só mercadoria, não só mais-valia, produz e reproduz a relação capitalista: de um lado, o capitalista e de outro, o assalariado”. (Marx, 1968).

Trabalho assalariado e capital, um não existe sem o outro, e o contato entre os dois reproduz continuamente cada um deles enquanto tal. Essas, portanto, são partes — próprias, adequadas — do todo (no caso, o processo de reprodução do capital). E é essa unidade contraditória que a partição espacial da economia brasileira não pode produzir.⁴

Portanto, embora o nosso objeto de estudo seja a economia do Rio Grande do Sul, ela própria não se constitui nem em todo nem em parte. Ela é, tão-somente, o espaço físico onde se materializam, vivem, operam, segmentos das classes sociais básicas do sistema, segmentos do capital global da sociedade brasileira, segmentos dos ramos produtivos. Em si própria, ela não só não possui lógica (a não ser aquela que passa pela lógica do sistema partido por outros princípios), como não pode-se constituir em parte econômica que se dialetiza com outras partes. Eu diria que a análise pela partição espacial não pode produzir conhecimento.

⁴ Em tempo, não seria demasiado deixar registrado aqui que os procedimentos adotados para o tratamento dos dados referentes à lavoura e à pecuária no estudo **A produção gaúcha na economia nacional** (1983) não me parecem pecar por isso. Ali, o todo, o conjunto das informações disponíveis sobre a produção de uma mercadoria em um dado ano censitário, foi organizado de forma a obter um conjunto no qual o espaço não possui primazia. As informações que originalmente se enraizavam no espaço foram “desordenadas” desde o ponto de vista de seu fornecimento por produtores de estados da Federação e reorganizadas em função do todo desejado: uma hierarquização dos níveis realizados de produtividade física da terra que serviu como princípio de criação e ordenamento do todo. O princípio de partição desse todo foi o estabelecimento de grupos de produtores que se distribuíam por intervalos de produtividade (alta, média e baixa). Os estados da Federação onde se localizavam essas produções não interessavam nem para a geração nem para a partição do todo. Penso que foram procedimentos que encaminham a solução no sentido de romper com o espartilho da falsa partição espacial.

A economia do Rio Grande do Sul tem frações das partes da economia nacional. Por exemplo, tem frações de muitos ramos da produção, mas a relação entre os capitais produtivos nesses ramos não se dá no espaço do Rio Grande do Sul e sim no seio da economia brasileira, com os outros ramos de aplicação do capital ou da produção que, inclusive, não existem neste Estado. Ou seja, a relação determinante não ocorre no espaço do Rio Grande do Sul, mas no interior da economia nacional. Essa relação se especifica, se particulariza — toma uma forma qualquer — sobre o espaço gaúcho. Mas é na economia nacional, e não entre os capitais instalados neste Estado da Federação, que se gestam as relações entre os capitais, que se expressam na taxa geral de lucro. O mesmo ocorre para a relação entre as classes e para a interação entre os produtores de uma mesma mercadoria.

E, no entanto, espero eu, esse objeto — a economia do Rio Grande do Sul — pode ser reconstituído, mas somente depois de “esfacelado” pelas relações pertinentes entre as partes autênticas do todo econômico.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **A produção gaúcha na economia nacional**: uma análise da concorrência intercapitalista. Porto Alegre, 1983.
- 2 — MARX, Karl. **Elementos fundamentais para crítica de la economia política**. México, Siglo Veintiuno, 1978.
- 3 — _____. **O capital**; livro primeiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- 4 — SARTRE, Jean-Paul. **Critique de la raison dialectique**. Paris, Gallinard, 1960.
- 5 — TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Ensaio sobre a totalidade econômica**. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, 1982. (Dissertação para obtenção de título de Mestre na Economia).